

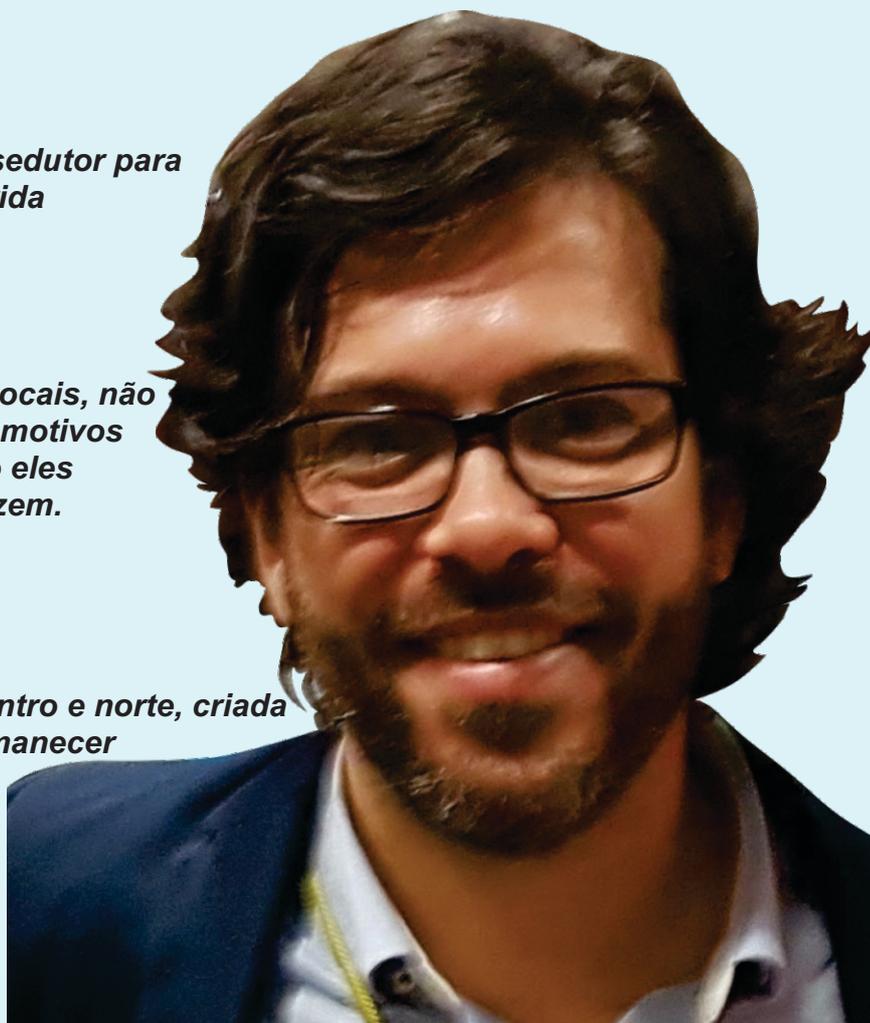
Professor Marçal Paredes traça possíveis soluções para o conflito de Cabo-Delgado

“É DESCENTRALIZANDO E RADICALIZANDO A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA QUE ACABAMOS COM A VIOLÊNCIA”

o O discurso radicalizado jihadista é sedutor para uma juventude que não se sente inserida

o Quando se deslegitima os factores locais, não se compreende com profundidade os motivos pelos quais esse conflito surge, como eles se alimentam e como eles se reproduzem.

o Aquela desigualdade entre o sul, centro e norte, criada pelo colonialismo Português, vai permanecer e vai ser estruturada no Estado pós-colonial



Leia nas págs 4 a 9

ESTUDANTE DA UNILÚRIO PROPÕE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DE COBERTURA DE CASAS DE MACUTI NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Pub

Pág. 1 e 2



OFERECEMOS CURSOS
BÁSICOS DE
INGLÊS, FRANCÊS
E ITALIANO
INSCREVA-TE JÁ



FORTALEZA DE S. SEBASTIÁ(CECROI) FCSH



84 7933030 - 86 9222945 - 84 0721012



Centro de Estudos Culturais e Religiosos - CECROI/FCSH/UniLurio

ESTUDANTE DA UNILÚRIO PROPÕE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DE COBERTURA DE CASAS DE MACUTI NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Em 2019, Armando Cuna visitou a Ilha de Moçambique na qualidade de Estudante da Unilúrio do Curso de Mestrado em Património e Desenvolvimento, e identificou um grave problema que pode acabar com a beleza arquitectónica da Cidade de Macuti, caso medidas urgentes não sejam tomadas para salvaguardar a identidade que a caracteriza. Foi mesmo pensando em resolver esse problema que decidiu conceber a ideia de Parques Ecológicos Municipais e o Desenvolvimento Urbano Sustentável através de um projecto que apelidou de Resolução do Problema da Cobertura das Casas de Macuti na Ilha de Moçambique.

Segundo o autor, a Cidade de Macuti está em risco de desaparecer. Tudo por causa dos moradores desta área da Ilha, que deixaram de cobrir as suas residências com folhas de coqueiro, a favor das chapas de zinco. Esta situação pode encontrar explicação na escassez de coqueiros, que se faz sentir nos últimos tempos devido a uma pandemia chamada amarelecimento do coqueiro, doença que, de há uns tempos para cá vem afectando a planta do coqueiro.

A situação de escassez desse material preocupa sobremaneira as autoridades locais pelo facto de a zona ser uma das principais atracções turísticas, pois, representa uma marca cultural da Ilha. “Por outro lado, alguns moradores da cidade de Macuti arrendam as suas casas aos turistas que visitam a Ilha de Moçambique, o que contribui na geração de renda para as respectivas famílias, melhorando, deste modo, as suas condições de vida. Com a abertura, na Ilha de Moçambique da Faculdade de



Armando Cuna

Ciências Sociais e Humanas da Unilúrio (FCSH), os moradores arrendam igualmente suas casas a estudantes desta nova Faculdade”, observa o estudante.

Como resolver este problema que pode afectar a estética da Ilha? Armando Alexandre Cuna, que também tem uma licenciatura em Engenharia Civil pela UEM, diz que urge a necessidade de utilizar o modelo de “Parques Ecológicos Municipais e o Desenvolvimento Urbano Sustentável para a Resolução do Problema de Cobertura das Casas de Macuti na Ilha de Moçambique”. Para o efeito, ele afirma que seria necessário criar um pomar de coqueiros, cujo objectivo principal seja o fornecimento de Macuti para suprir a escassez deste material na cobertura das casas da cidade de Macuti, e aproveitar o fruto e o caule que o coqueiro fornece, para diversas finalidades.

“Conforme nos referimos, a Ilha de Moçambique está dividida em duas partes: uma denominada por cidade de Macuti, com cerca de 1.200 casas de construção precária, cobertas com folhas de coqueiros (Macuti). Aqui vive a maior parte da população. A outra cidade constituída por cerca de 400 casas, a chamada cidade de Pedra. Nesta localizam-se as residências oficiais, serviços governamentais, unidades hoteleiras e de restauro, entre outras infra-estruturas sociais e

Cont. pág.3

Ficha técnica:



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lúrio

Ilha de Moçambique | Rua: Pedro Álvares | Bairro: Museu | E-mail: rpcfcs@unilurio.ac.mz|+258 878300752

Director: Wilson Profírio Nicaquela | **Editor:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Revisão:** Albino Oreste Muatuca, Beatriz Chalucane, Nildo Eugenio Diogo | **Redação:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Fotografias:** Cefo Assimilado | **Maquetização:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Distribuição:** gratuita

económicas”, disse considerando ser necessário que este projecto seja implementado em benefício daquela cidade.

Armando Cuna propõe numa fase inicial de implantação do projecto, que se faça aquilo que chama de Inventário do Património edificado de Macuti para determinar “ a quantidade anual de Macuti necessária a ser fornecida àquele bairro para a cobertura de todas as casas que, felizmente, devido a escassez de mais espaço, não têm como aumentar de número; Delimitação de uma área na parte continental da Ilha, para o plantio de um coqueiral com plantas suficientes para cobrir a totalidade daquelas casas e potenciando o pressuposto de que, para o bem de todos nós, na Ilha de Moçambique nada pode ser deixado ao sabor do acaso (estamos a falar dum Património Mundial da Humanidade)”.

O objectivo deste exercício seria de “criar um palmar que seja



Casa de Macuti

Créditos: Cefo Assimilado

propriedade do Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique (CMCIM), na parte continental da Ilha, com uma extensão de 10 hectares, para plantio de 4.000 coqueiros de tipo Anão. O propósito principal do projecto é produzir o Macuti sendo a produção do fruto um efeito secundário, pese toda a importância que este elemento possa desempenhar na economia da Ilha e não só. O CMCIM, querendo, pode permitir que a gestão deste seu empreendimento decorra em moldes privados”, propõe a fonte.

A fonte diz que todos os detalhes devem ser devidamente equacionados. “O coco resultante dessa actividade pode facilmente ser comercializado na Ilha e não só, como também pode alimentar pequenas indústrias que eventualmente poderiam ser desenvolvidas na região”, disse considerando que o projecto será bastante benéfico para as comunidades.

E o que falta para a materialização do projecto? O Autor do estudo diz estar interessado em colocar em prática, contudo, a falta de financiamento condiciona o projecto. Entretanto, avança que deverá nos próximos dias iniciar um processo, visando atrair o financiamento, “batendo portas” junto de organizações interessadas, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM), o próprio Município da Ilha de Moçambique, bem como a Universidade Lúrio através da mais jovem Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas (FCSH). O autor considera a FCSH um elemento estratégico para acolher o projecto que visa salvaguardar o património da Ilha de Moçambique. No ano de estudo, segundo o autor, viviam no Macuti, 183 estudantes da FCSH (mais de metade dos 183 estudantes são mulheres), arrendando quartos em casas do bairro e, passando a integrar as famílias proprietárias desses imóveis.

De 2003 a 2009, o autor foi Consultor Nacional dum programa desenvolvido em Niassa e Cabo Delgado denominado PAMA: Programa de Apoio a Mercados Agrícolas. Desde 2015, o autor é docente de Tecnologias de Construção Civil na Universidade A POLITÉCNICA, Moçambique, acompanhando com frequência estudantes em fim de curso na elaboração de monografias de fim de Curso de Licenciatura e participando, como Arguente ou Supervisor em júris de defesa de algumas dessas monografias.

O Autor já publicou dois livros: A Problemática de Lixo em Meio Urbano, Caso de Estudo: Cidade de Maputo, 2007, Imprensa Universitária; Avaliação de Construções Urbanas, 2009, Editora Ndjira

Armando Cuna é também co-autor da Brochura: CONSTRUINDO INFRAESTRUTURAS RESILIENTES A MUDANÇAS CLIMÁTICAS – RESULTADOS E LIÇÕES APREENDIDAS, documento publicado pela COWI.

O autor tem, a prelo, outros dois livros: Construindo Estradas de Terra em Niassa. Algumas Reflexões Técnico-Filosóficas. Amanhã já é Hoje? (Livro de contos). 2019, o autor foi contratado pela DANIDA para, junto de 8 municípios localizados nas províncias de Nam-pula e Zambézia, desenhar e desenvolver um programa de construção de infraestruturas resilientes às mudanças climáticas. O programa com a denominação “PRODEM Infraestruturas” encerrou a 31 de Dezembro de 2019 com uma realização de 100%. Para assuntos voltados a este projecto, o autor deixa à disponibilidade o seu contacto electrónico: cunaarmando98@yahoo.com

O Macuti é um material de construção de fabrico tradicional, que consiste em tiras de folhas de coqueiro espalmadas, utilizadas ainda hoje para cobertura de casas, em África e universalmente em países tropicais, onde quer que abunde a planta.

Professor Marçal Paredes traça possíveis soluções para o conflito de Cabo-Delgado

“É DESCENTRALIZANDO E RADICALIZANDO A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA QUE ACABAMOS COM A VIOLÊNCIA”

Marçal Paredes, Professor Adjunto na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pesquisador do CNPq, Brasil, que na última década esteve focado especialmente nos diferentes projectos na política e no processo de construção da nação nos Países de Língua Portuguesa na África, particularmente em Angola e Moçambique, na luta pela liberdade durante os anos 1960 e 1970, bem como durante as Guerras Cívicas após a Independência, defende que é preciso descentralizar o poder, multiplicar as suas ramificações e consolidar a democracia em diferentes contextos para resolver a violência que vem aparecendo agora na região norte do país. Ele entende que o país já iniciou um processo de refundação do Estado moçambicano, nomeadamente com a descentralização em curso, mas diz que é necessário radicalizar as experiências, democratizando, não só as cidades, mas também a região rural do interior.

Convidado para (Re) Pensar a Identidade e o desenvolvimento partindo do Índico, abordou diversos assuntos, incluindo a predominância do islão na região norte de Moçambique, a violência armada que a região atravessa, motivos e possíveis soluções. O Professor Marçal entende que a violência que hoje se vive na região norte do país tem sua origem no período colonial, quando em 1898 se consumou o processo de transferência da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, actual Maputo. Este processo fez com que a região norte de Moçambique ficasse desigual na sua importância, e desprestigiada, quer aos olhos do colonialismo português, quer depois da construção do Estado Pós-colonial.

Sobre o uso do islão como a capa dos ataques de Cabo-Delgado, Marçal Paredes considera que o islão não é igual nem é sinónimo de radicalização política ou comportamento terrorista, acrescentando que “os interesses políticos fazem com que a religião se transforme em elementos para a radicalização”. Para este pesquisador, o discurso jihadista fundamentalista islâmico responde com facilidade aos problemas da vida no dia-a-dia, sobretudo de jovens que não se sentem inseridos. Marçal alia-se ao pensamento, segundo o qual, os ataques do norte de Cabo-Delgado têm motivações locais, porque, segundo disse, as pessoas que enxergam apenas motivos internacionais são pouco atentas às complexidades e acabam deslegitimando motivos e origens sociais.



Professor Doutor Marçal Paredes

Créditos: Marçal Paredes

O Macuthi (OM): Professor, vamos começar a nossa conversa contextualizando o Islão na costa moçambicana. Como é que o Islão chega em Moçambique e facilmente se expande, principalmente para a região costeira?

Marçal Paredes (MP): O Islão se difunde a partir do séc. VII, seja em direcção à Península Ibérica, seja para a África. Passa pelo deserto do Sahara, chegando mesmo a encostar nas regiões costeiras próximo ao que é hoje, o Estado de Gana, Nigéria e assim em diante. Vai se difundir também em direcção à margem do Oceano Índico, indo ao encontro das regiões que hoje são a Somália, o Quênia, a Tanzânia e o norte de Moçambique. É bom lembrar que aquilo que hoje é entendido como “Índia” fez parte, durante vários séculos a partir do Séc. VII até ao Séc. XVII, do chamado grande império Mughal. O próprio Taj Mahal, tão celebrado como património cultural é uma belíssima marca cultural islâmica. Foi justamente nesse processo do grande Império dos Mughais que se pode salientar a difusão de um islamismo mais articulado com a vertente Persa. É nesse processo de

expansão do islamismo no séc. XVI e XVII que se vai fortalecendo os primeiros contactos na região de Moçambique, Tanzânia, Quênia. Há narrativas que referem que os portugueses, nas primeiras viagens marítimas na costa do Índico, tiveram contactos com diplomatas, políticos e negociantes árabes islâmicos na Índia, em Calcutá, mas também em toda essa costa norte que hoje é Moçambique.

OM: Professor, está a dizer que antes da chegada dos portugueses a Moçambique, a costa norte de Moçambique tinha ligações com o Islão?

MP: A presença islâmica no norte de Moçambique é anterior à presença portuguesa. Mas, mais do que isso, até a segunda metade do século XVIII, até o governo do Marquês de Pombal, as praças e portos com “portugueses” de Moçambique eram administrados a partir do Vice-Reino de Goa, na Índia. Antes disso, portanto, Moçambique não tinha grandes interesses para Portugal. Só na região central da Zambézia havia muita fraca presença de portugueses prazeiros, que eram auto-suficientes e viviam relativamente apartados das demandas de Lisboa. Isso faz perceber que toda esta parte centro e norte, até praticamente segunda metade do séc. XVIII, segue relativamente autónoma e articulava toda uma rede de contactos do comércio árabe, comércio de cultura suaíli, comércio islâmico. Essa islamização da cultura e da economia vai amarrar o norte de Moçambique a Zanzibar, a Mombaça no Quênia, ao sultanato de Omã, mas também ao Gujarate na Índia, Calcutá e as Ilhas Maiote e Comores. Vai-se estabelecer, então, um sistema de comércio internacional: Omã, Mombaça, Zanzibar, Kilwa, Ilha de Moçambique, Comores, Maiote, depois Calcutá e, lá em cima, Gujarate, na Índia. Há um grande sistema Índico de comércio onde o islão vai impregnando, não só através do comércio, mas com as construções de madrassas, escolas corânicas, com ramificações e alianças através de casamentos, selando acordos políticos e comerciais, vinculando parentesco, poder, comércio e religião. É nesse ponto, por exemplo, que a literatura especializada chama atenção para figura emblemática do sultão Seyyid Said, que já se articulava nesse cenário do Índico entre Omã, Zanzibar e Ilha de Moçambique e que a sua influência vai chegar até a região de Angoche. É importante salientar que no séc. XIX, Seyyid Said transfere a capital dos seus domínios para Zanzibar, africanizando assim, a sede do seu poder através da centralização do cenário para o continente africano. A relação entre o Norte de Moçambique e Zanzibar não era realizada apenas pelas elites dos sultões. Havia também grandes comerciantes que estabelecem fortunas e que tinham exércitos particulares para o negócio de cravos, escravos, coco e marfim. Nesse processo há toda uma relação de transporte desses produtos do interior do continente pelas etnias da região norte de Moçambique, Tanzânia e do Quênia que vão fazer o papel de transportadores e que vão ser grandemente islamizados.

OM: O comércio de coco, cravo, escravos e marfim era realizado do interior para costa. Por quê o Islão ficou predominantemente na costa em detrimento do interior?

MP: Basta dar a referência de que o Reino do Barué era autónomo. Os portugueses conseguem vencer o Reino Barué entre 1902 e 1905. Portanto, existiam no interior, entidades políticas autónomas que vão evidentemente sofrendo influência islâmica, dependendo dos acordos e decisões das autoridades políticas e religiosas. Portanto, a costa vai ser facilmente vinculada a essa cultura do comércio. O islamismo é uma religião de fácil adopção, e isso vai criar todo um cenário de penetração do Islão no seio da população do Norte de Moçambique. O sufismo, uma corrente sunita do islão, foi acabando ter relação muito próxima com as religiões naturais e com as línguas maternas dos macuas, macondes e assim por diante.

OM: Olhando para actual situação em que o islão é associado ao processo de radicalização, acha que esta religião está a perder os seus valores originais?

MP: Agradeço-te, Faizal pela pergunta. Permita-me que lhe diga com todas as letras que está errada a interpretação que associa o radicalismo político ao islão. Isso não é verdade! O islamismo é uma religião de paz, como todas as grandes religiões. As religiões tendem a construir a paz e através de espécie de carta de comportamento ético, fomentando uma relação de horizontalidade, de comunidade e desta com a metafísica. Quem transforma as religiões em elementos para a radicalização são os interesses políticos. É bom lembrar que o cristianismo também foi atrelado ao radicalismo político, basta lembrar a época das Cruzadas na Europa. A primeira coisa a estabelecer, é que o islamismo não é igual e nem sinónimo de radicalização política ou ao comportamento terrorista. Isso está errado! O que acaba transformando isso é um processo que aconteceu muito no séc. XX, particularmente na segunda metade desse século para cá, com a vinculação de algumas ideologias políticas revolucionárias que acreditam que a violência deve ser utilizada como componente da campanha política moderna. Fazem o uso do discurso da comunidade islâmica como mecanismo de protecção do seu favor, como propaganda política. O islão em si, não é radical. É pacífico.

OM: Olhando o que acabou de referenciar, é correcto afirmar que o conflito que se vive no norte de Moçambique é influenciado pela política?

MP: Claro! É bom lembrar e, aí volto ao fenómeno do séc XIX, depois os eventos dos meados do séc. XX e, por fim, vou entrar para o séc. XXI.

OM: Começamos pelos fenómenos do Séc. XIX....

MP: Justamente neste processo de início do colonialismo português moderno, no final do séc. XIX, foram estabelecidas balizas cronológicas: a vitória contra o Rei

Ngungunhane, a sul em Gaza, em 1895, e a derrota do Reino de Bárue em 1902 mais a norte.

Este processo vai fazer com que a Ilha de Moçambique, no Norte, vá perdendo a sua importância aos olhos do Estado Colonial Português, que estava sendo construído justamente no processo de transferência da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, actual Maputo, em 1898. Essa transferência da capital para o sul é também resultado da pressão e do interesse da descoberta das minas na África do Sul e de toda presença e, depois, todo conflito da guerra Anglo-Boer, antes disso, do próprio Mfecane, das comunidades Nguni que foram empurradas da África do Sul pelos Zulus em direcção ao norte. O facto é

que, nesse contexto, vai sendo delineada a fronteira Sul do actual Estado moçambicano. O Norte vai ficando desigual na sua importância, vai ficando desprestigiado. É aquilo que depois vai ser chamado de o "Velho Moçambique", conforme abordagem de Sérgio Chichava. É esse desprestígio que vai ser quase um denominador comum, tanto desse processo do início, quanto do moderno colonialismo português. Esse desprestígio vai continuar mesmo depois da construção do Estado Pós-colonial.

OM: Professor, quais são os eventos, que tenham influenciado esse processo, que aconteceram na metade do Séc. XX?

MP: É bom lembrar que no contexto do 3º Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1977,

Cont. pág.7

Destas casas emerge o nosso boletim



Leia e divulgue

O Macuthi
Boletim Informativo da FCSH

na construção da independência, de entre outras coisas, apelava-se para a necessidade de unificação Nacional, um único Moçambique do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico; de construção do Estado laico e de certa luta contra as lideranças tradicionais, contra a manutenção das línguas locais. Evidentemente, os crentes do islão vão sofrendo pressões. Com o passar do tempo, o Estado moçambicano cria organismos próprios com o objectivo de captar essas lideranças islâmicas em relação ao Estado moçambicano. Mas isso não paga, digamos assim, o processo de atenção muito mais prestigiado do Estado Independente da República Popular de Moçambique para a região sul.

A Região norte de Moçambique segue a sua sina de ficar desprestigiada, de ser um elo de desigualdade na própria construção da história pós-colonial de Moçambique, no caso da própria guerra civil moçambicana, e isso acaba depois tendo sua repercussão. A Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), a partir da década de 80, vai acessar a região da Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Mesmo depois dos acordos de Paz, no início da década de 1990, não significou uma efectiva distribuição da riqueza e da economia, mesmo de atenção Estatal de maneira adequada entre as regiões sul, centro e norte.

OM: O que é aconteceu neste século que tenha sua influência para a actual situação que se vive em Cabo-Delgado?

MP: Ora, como agora se descobrem os grandes recursos naturais, começa-se a fazer grandes projectos internacionais para a exploração, é natural que parte desta falta de coesão, falta de igualdade de construção, quer do Estado colonial português, quer do estado pós-colonial, comece a aparecer. Segundo os especialistas que estudam o assunto, como é o caso do Professor Eric Morier-Genoud (da Queen's University Belfast), a Professora Liazzat Bonate (da Universidade das Índias Ocidentais em Trinidad e Tobago), o Professor Sérgio Chichava e o Professor Salvador Forquilha do IESE, que é uma instituição de altíssima qualidade académica de Moçambique, apontam o somatório multifatorial desse processo de radicalização do discurso do Al Shabab. Portanto, de uma juventude que não se enxerga inserida na economia, na política e mesmo no imaginário cultural fomentado pelo Estado moçambicano e que acaba sendo sensível à sedução de um discurso fundamentalista que apela para a construção de um mundo paralelo do ponto de vista dos princípios ético-religiosos e morais. Inicialmente, para a aplicação da Sharia, da lei islâmica, e aos poucos esses jovens vão se articulando com os grupos de terroristas internacionais, o Al Shabab. O que acontece hoje em Mocimboa da Praia e outros casos é realmente um processo forte de turbulência social e isso não tem única razão, nem um único elemento explicativo.

OM: Quando o Professor fala de colonialismo português moderno, de que quer se referir?

MP: Eu acho importante salientar, porque efectivamente os contactos dos comerciantes do colonialismo português

com a região norte de Moçambique vão ser pequenos e articulados com o comércio costeiro e fronteiro com o Oceano Índico. O domínio administrativo, militar, geopolítico do Estado moçambicano, enquanto objecto a ser colonizado para o Estado português, vai-se consolidar apenas na transição do século XIX para o século XX. Insisto na derrota do Gungunhana, o Rei de Gaza em 1895, e no reino de Barué em 1902. É neste processo em que Moçambique se vai tornar efectivamente no objecto colonial e as suas fronteiras finalmente demarcadas. As fronteiras com a Tanzânia, Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e a fronteira com a África de Sul, vão-se dar nesse processo que vai ser objecto de construção do Estado moderno do colonialismo português. Vai-se tornar num processo efectivo de ocupação militar, de gestão administrativa, de domínio de burocracia colonial, de fomento de políticas de governamento de populações, políticas económicas e sociais, de imposição da língua e de princípios de educação portuguesa.

OM: Professor está a dizer que a situação actual em Cabo-Delgado tem a ver com a posição que o colonialismo português tomou no séc. XIX de transferir a capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, actual Maputo, uma espécie de retaliação desta mudança?

MP: São vários factores, um deles é esse. Acho que o próprio Estado colonial português, e os estados coloniais em geral, constituíram as suas fronteiras de forma artificial, separando comunidades, etnias, juntando memórias históricas distintas e, às vezes dissonantes. Isso acabou criando um território colonial múltiplo, em formato de mosaico, com uma constelação de culturas e de línguas, de saberes e de interesses distintos. O facto é que essa história é a história do Estado colonial europeu na África e do Estado colonial português em Moçambique. No processo de transição, no final do colonialismo para a independência, é importante salientar, ainda nos períodos de luta anticolonial, das pressões internacionais e diplomáticas, por exemplo, a ONU acabou consolidando uma política que assegurou aos grupos da luta anticolonial o papel de legítimos representantes do povo moçambicano. A tese recente de Aurora Almada e Santos demonstra bem isso. A independência, para a ONU, era um direito inalienável enquanto o colonialismo deveria ser tratado como uma violência contra a humanidade. Essa consideração é correcta e eu concordo, obviamente. Contudo, vem disto um efeito colateral poucas vezes lembrado que é o facto de ter ficado acordado internacionalmente que esses grupos de liderança de luta anticolonial seriam os herdeiros de todo território colonial. E que este território seria indivisível. Ora, o território colonial fora criado artificialmente. Portanto, há uma herança dessa artificialidade, há um lastro de continuidade do desequilíbrio colonial no contexto pós-colonial, e que foi cancelado pela ONU e pelos organismos multilaterais. Ou seja, nesse processo torna-se resiliente a desigualdade regional do Estado



Créditos: Marçal Paredes

Professor Doutor Marçal Paredes

colonial dentro do período pós-colonial, no contexto já da independência. Aquela desigualdade em que o sul, centro e norte, criada pelos portugueses, vai permanecer e vai ser estruturada no Estado pós-colonial e é isso que, em minha opinião, em parte ajuda a explicar a própria guerra dos 16 anos, a guerra civil moçambicana, e também, agora, o actual conflito na região norte de Moçambique.

OM: Na sua opinião, como solucionar esta situação em Cabo-Delgado?

MP: Não há outra solução possível que não seja pensar no aprofundamento e na radicalização da descentralização administrativa e económica. Moçambique é uma nação de nações. Moçambique tem uma constelação de culturas e de línguas que justamente deve ser entendida como uma mais-valia moçambicana. Como uma riqueza, jamais como um óbice à unidade nacional. Essa mais-valia de diversidade moçambicana precisa estar satisfeita na própria legislação. É preciso descentralizar o poder, multiplicar as suas ramificações e consolidar a democracia nas diferentes regiões e contextos. Só se vai resolver a violência que vem aparecendo agora na região norte do país quando se acabar com a violência política estrutural do Estado unitário. É descentralizando e radicalizando a experiência democrática que acabamos com a violência. Democratizando, não só as cidades, mas também, democratizando a região rural, o interior.

OM: Olhando o pacote da descentralização, podemos afirmar que o país já está a dar um passo para a resolução deste problema?

MP: Eu acho que sim. O país está a olhar adequadamente para esse processo. Eu acho que os primeiros passos já foram dados. É salutar, inclusive que a campanha de descentralização acaba de facto catalisando o

mecanismo de refundação do Estado moçambicano, justamente por uma convicção partilhada. Ou Moçambique se descentraliza, ou os problemas que deram origem à guerra civil podem se reproduzir e se replicar. Não apenas com a Renamo, mas com outras siglas, em outras regiões, com outras colorações políticas e diferentes manifestações sociais. Acho que o país está olhando para isso. Mas esse será um longo caminho que precisa ser percorrido. É necessário que se tenha consciência do lugar que se quer chegar, que não seja apenas uma descentralização formal. Quanto mais plural for a distribuição do poder, mais força vai ter justamente o sentimento e a noção de pertencimento a um Estado Nacional. Porque esse Estado Nacional vai estar unido pela adesão voluntária, pelo vínculo de pessoas dentro de si e através de sua região, não por uma imposição jurídica ou militar de cima para baixo.

OM: Professor, por que esse processo de revolta é feito através da radicalização do islão e, não por meio de uma outra religião?

MP: Acho que a própria presença islâmica na região é mais forte e, em parte porque um discurso radicalizado jihadista é sedutor para uma juventude que não se sente inserida. É importante lembrar que o discurso jihadista está presente nas grandes cidades europeias, não é só na crise de Moçambique, no continente africano ou do Oriente Médio. O discurso jihadista tem seduzido jovens na Bélgica, na França, na Inglaterra, em diferentes locais da Europa, justamente pela sedução de uma juventude que não se sente inserida na identidade nacional de seus países, não se reconhece inserida no processo nem é reconhecida como membro da comunidade imaginada nacional. Mesmo em democracias maduras, veja-se o caso dos atentados que têm ocorrido na França. A juventude, às vezes netos ou bisnetos dos povos que foram colonizados pela França, da Argélia, da Tunísia, não foram adequadamente incluídos nem são tratados com a igualdade que têm direito. Não é à toa que estão muito presentes nas penitenciárias do país, não se reconhecem e não são reconhecidos socialmente como “franceses”. É esse processo de violência simbólica e de desagregação social que está presente na Europa que faz com que o discurso jihadista, de radicalização fundamentalista islâmica, responda com facilidade aos problemas da vida no dia-a-dia. Isso acontece na França, na Inglaterra, na Bélgica, no Uganda, no Quênia e também agora em Moçambique.

OM: Há duas correntes divergentes sobre a origem dos ataques. A primeira considera que o conflito de Cabo Delgado tem origem interna e a outra acha que tem a origem no ocidente. Qual é a sua opinião?

PM: Eu me alio à corrente que enxerga que o fenómeno de violência do jihadismo no norte de Cabo-Delgado de Moçambique tem razões locais. Mas isso não quer dizer que não haja elementos internacionais. Como todo fenómeno

social, este também é multifactorial. Ele não é exclusivamente oriundo de um único motivo. Ele tem várias camadas de explicação, como se fosse uma cebola que tem várias camadas. Por isso me parece adequada a interpretação que põe mais ênfase nos fenómenos locais. Claro que com o passar de tempo, essas razões locais vão assumindo alianças internacionais. Não estou negando isso. Contudo, é importante ver os limites da interpretação que enxerga apenas um complô internacional. Esta perspectiva pode estar ofuscando um fenómeno social mais abrangente e com raízes mais longínquas. Não perceber isso, ao menos como possibilidade de análise, pode gerar uma deslegitimação ou um voluntário esquecimento dos motivos locais que fizeram algumas pessoas aderir ao jihadismo. Durante muito

tempo houve e foi um erro enorme quando o Estado moçambicano dizia que a guerra civil devia ser interpretada apenas por razões internacionais: o neocolonialismo, a influência da Rodésia e depois da África do Sul e assim por diante. Isso foi um erro que fez mal para o próprio Estado moçambicano e que vem sendo reinterpretado por pesquisas recentes que têm revolucionado a interpretação do conflito da guerra civil moçambicano. É a mesma atenção que se deve ter para explicar os casos do norte de Moçambique. Claro que há elos internacionais, mas a razão de ser é interna. Ela é local. É preciso efectivamente dar uma legitimidade académica a isso para melhor compreender o fenómeno, que é complexo. Quando se deslegitima os factores locais, não se compreende com profundidade os motivos pelos quais esse conflito surge, como eles se alimentam e como eles se reproduzem.

Com vista a redução de desigualdades de género no Norte de Moçambique

A UNIVERSIDADE LÚRIO DESENHA ESTRATÉGIA DE ACÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GÉNERO

A Universidade Lúrio está preocupada em reduzir as desigualdades de acesso à educação e às oportunidades de trabalho e de emprego entre homens e mulheres na região norte do país. É nesta vertente que a universidade, com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) através *UniLúrio: Support to Skills Development for Agriculture and Industrie Project*, está a realizar uma serie de *Workshops*, no âmbito da política institucional sobre equidade de género, um instrumento com que se pretende reduzir as assimetrias existentes entre homens e mulheres, principalmente na região norte do país, onde a UniLúrio se encontra inserida.

A vice-reitora Académica da Universidade Lúrio, Sónia Maciel, que procedeu a abertura do seminário inaugural na Ilha de Moçambique, disse que a questão de equidade de género não é só um problema regional, é também, nacional e internacional. O seminário serviu para recolher subsídios junto da comunidade académica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em relação ao plano de acção para implementação da política de género.

Para além do acesso à escola, trabalho e emprego, aquela dirigente disse que há também desigualdades de acesso às áreas sociais e técnicas, entre homens e mulheres. “Quero pedir a participação activa de todos nesse seminário. Esta estratégia que está aqui a ser repensada será o futuro de cada um de vocês.



Sónia Maciel Vice-reitora Académica da Universidade Lúrio

Para os homens que têm filhas, devem pensar como vocês querem que elas sejam em termos de acesso às oportunidades de educação, trabalho e emprego”.

O seminário que foi ministrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas deverá acontecer na cidade de Nampula, Pemba e na Província de Niassa, onde a universidade possui faculdades em funcionamento.



Apresentação de trabalho de grupos

SECTOR DE TURISMO DEVE APROPRIAR-SE DA ACADEMIA PARA IMPULSIONAR O SEU DESENVOLVIMENTO

–Defendem académicos em dois eventos sobre o turismo realizados na Ilha de Moçambique



Debate sobre o sector de Turismo no Novo Normal - Desafios e Perspectivas Impostas ao Sector Público em Moçambique

A Ilha de Moçambique transformou-se entre os dias 22 e 23 de Setembro passado, numa verdadeira capital de reflexão sobre o turismo em Moçambique. A cidade acolheu dois eventos distintos em que foram discutidos assuntos importantes sobre o turismo, com os académicos a defenderem a necessidade de o pelouro de turismo Nacional apropriar-se da academia para acelerar o desenvolvimento daquele sector que se afigura prioritário no programa quinquenal do governo.

No dia 22 de Setembro foi realizado um debate subordinado ao tema “O sector de Turismo no Novo Normal - Desafios e Perspectivas Impostas ao Sector Público em Moçambique”, organizado em parceria com Instituto Nacional do Turismo, Universidade São Tomás e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane.

No dia seguinte (23 de Setembro), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio realizava o IV Fórum de Turismo da FCSH que este ano decorreu no contexto de Turismo Rural, com quatro apresentações, nomeadamente a do Professor Emílio Vilarinõ da Universidade de Santiago de Compostela - Espanha cujo tema foi: “Turismo no Espaço Rural como Motor de Desenvolvimento Comunitário”; da professora Arsília Maiela da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática da Universidade Católica de Moçambique, que versou sobre: “Desafios e Pers-

pectivas para Participação das Sociedades no Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Moçambique” e por último, do Professor Gouveia Dramane da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, que abordou o tema: “Turismo no Espaço Rural: Desafios e Perspectivas no Contexto Moçambicano”.

O director da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Helsio de Azevedo que falava como orador no primeiro evento, disse que “é chegado o momento de os sectores privado e público, junto da Sociedade civil e das academias, estarem unidos para repensar a partir de uma base científica, o processo de envolvimento do turismo no País”. Para o efeito, disse que duas acções são essências neste momento. O sector de turismo deve passar a apropriar-se da academia para ser o braço que vai contribuir no processo de desenvolvimento, criando e desenhando planos que possam ser implementados. A título de exemplo, o orador disse que em períodos de covid 19, as academias estariam desenhando planos de contingência, evitando que as mesmas fechem.

A segunda acção, segundo defendeu o Director da Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane em Inhambane, passa por um processo de repensar no plano quinquenal do governo “repensando a

orçamentação que foi feito para destinar a preparação do nosso destino Moçambique, a partir de melhor ensinamento e conhecimento das empresas que têm problemas de organização”. Aliás, disse que é necessário que à semelhança do *Programa Sustenta* que tem extensionistas, o sector de turismo pense numa abordagem que ao nível do pelouro, existam extensionistas de turismo que possam trabalhar para garantir o acesso às oportunidades existentes ao nível do sector, bem como a prestação de serviços de consultorias que não tenham condições para contratar uma consultoria privada.

No evento, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio, foi representada pelo chefe do Departamento de Turismo e Hotelaria, Pilale Isaquiel. Ele renovou o compromisso da faculdade em continuar a desenvolver acções tendentes à promoção do turismo e das potencialidades socioculturais que a Ilha de Moçambique oferece.

A fonte disse que entre as actividades de relevo realizadas durante o estado de emergência, destacam-se vários seminários de sensibilização e mobilização dos operadores turísticos para lidar com a nova normalidade, seguindo estritamente as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades nacionais.

Pilale disse que a "Nova Normalidade" provocada pela pandemia da covid 19 terá que ser encarada como um desafio, porque segundo disse, a FCSH pretende continuar a ser um interveniente activo na promoção de feiras de artesanato, gastronomia, para além do fórum de turismo. O Fórum de Turismo começou a ser organizado na Ilha de Moçambique no ano de 2017, altura em que a instituição entrou em funcionamento. Esse evento tem mobilizado várias figuras de índole académica, política e social e cultural para esta zona insular.

“Nós queremos continuar a criar oportunidades de negócio para as famílias locais para que através do turismo consigam melhorar as suas economias”, frisou, realçando o papel importante do programa “um estudante, uma família” que tem sido a ponte na ligação entre a Faculdade e as comunidades locais. Nesse programa, as famílias são preparadas para que se beneficiem da actividade turística através da transformação das suas potencialidades em serviços e/ou produtos turísticos.

IV FÓRUM DE TURISMO DA FCSH VOLTADO AO TURISMO RURAL

Os intervenientes deste evento defenderam o envolvimento comunitário para o desenvolvimento de turismo rural em Moçambique.

Arsília Maiela, Professora Doutora afecta ao Departamento de Turismo e Meio Ambiente da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática da Universidade Católica de Moçambique, que apresentou durante o IV FÓRUM DE TURISMO DA FCSH, o tema sobre os Desafios e Pers-

pectivas para a Participação das Sociedades Rurais para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Moçambique disse que no desenvolvimento do turismo sustentável em Moçambique, a participação local através da tomada de decisão tem sido evidenciada como condição fundamental para o alcance dos benefícios a nível local. A participação local tem sido um processo através do qual as comunidades defendem os seus interesses e encontram soluções para os problemas locais de forma a alcançar objectivos que satisfaçam a colectividade.

A professora disse que o modelo de participação no turismo influencia o envolvimento dos actores no processo de tomada de decisão. “ O turismo rural aparece como um sector que se interliga a outras áreas com muitas oportunidades tais como: acomodação, alimentação, transporte, comércio, comunicação, educação, infraestruturas, segurança, saúde, bancos e migração, providenciando benefícios económicos directos e indirectos às comunidades rurais através do emprego, renda pela sua participação no turismo, o que contribui para a melhoria da qualidade de vidas destas comunidades”.

A académica recomendou às entidades públicas e privadas locais, que pautem pela integração das comunidades rurais no processo de desenvolvimento do turismo, através da sua participação nos processos decisórios para permitir uma melhor gestão dos recursos, benefícios pelo desenvolvimento da actividade, conservação dos recursos naturais e culturais existentes em Moçambique.

O Professor Emilio V. Carral da Universidade Santiago de Compostela, que apresentou a sua comunicação intitulada: “Turismo no Espaço Rural como motor de Desenvolvimento Comunitário considera que o Turismo Rural é menos estudado, mas pode ajudar na preservação das comunidades locais. Para este académico, o “desenvolvimento” turístico necessita de recursos naturais, energéticos, laborais, capital público, privado e assistência técnica. As comunidades locais são as protagonistas do desenvolvimento turístico e elas devem receber apoio da Administração, da Academia e de Associações locais que lidam com a questão de turismo.

O Professor Gouveia Dramane Sumale da Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane em Inhambane, que a apresentou o tema: “Turismo no Espaço Rural- Desafios e Perspectivas no contexto moçambicano”, para além de trazer os principais conceitos desta temática, defendeu a necessidade de se criar-se condições ao nível do meio rural para a actividade turística. O autor que considera o Turismo no Espaço Rural, como sendo área com ligação tradicional e significativa às actividades primárias, como a agricultura, a pastorícia ou o ambiente e a paisagem de carácter vincadamente rural, diz ser necessário, que seja potenciada a zona rural com instituições viradas à promoção do turismo, acompanhadas de recursos humanos capazes de fomentar a conservação do meio ambiente favorável ao Turismo.

SECTOR DE TURISMO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE EXPÕE POTENCIALIDADES SOCIOCULTURAIS AOS TURISTAS

Segundo Mussagy Neeno Octaviano, gestor do Posto de Turismo ao nível do Conselho Municipal da cidade da Ilha de Moçambique, a sua instituição está empenhada na promoção de várias actividades, no âmbito dos esforços tendentes a visualizar a imagem e o turismo que a Ilha oferece, através da divulgação das suas potencialidades socioculturais.

De entre as actividades de promoção de imagem da Ilha de Moçambique, o destaque vai para a construção da sinalética, placas que identificam os principais monumentos históricos, os bairros, produção de artigos promocionais, para além do Roteiro turístico.

Mussagy Neeno Octaviano disse que o objectivo é resgatar o nome da Ilha de Moçambique, que em tempos foi a capital moçambicana, trazendo visitantes que possam usufruir o melhor da sua riqueza sociocultural. “Na entrada do município colocamos uma placa em formato de barco à vela, uma espécie de cartão-de-visita, desejando boas vindas aos que entram e boa viagem aos que saem.

Logo à entrada da zona insular da Ilha apresentamos uma escrita **I. MOÇAMBIQUE**, onde o I significa Ilha, o ponto em forma de coração é o amor pela terra que deu o nome ao país, Moçambique. Queremos que as pessoas interpretem de diversas formas, usando o português, mas também o inglês, etc. Nós queremos expressar que a Ilha ama Moçambique”, disse Mussagy Octaviano, Director do Turismo do Município da Ilha de Moçambique.

“Estas actividades são resultados de um esforço coordenado com outras instituições parceiras, no âmbito do

Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique; União das Cidades Capitais da Língua Portuguesa, UCCLA; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio - FCSH; Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique - GACIM, Governo do Distrito, Instituto Médio Politécnico da Ilha de Moçambique - IMPIM, Associação Ilha de Moçambique e Associação dos Pequenos Empresários de Turismo da Ilha de Moçambique - APETUR”.

Segundo o nosso entrevistado, a edilidade está neste momento a organizar quatro placas, identificando a Igreja de St. António, Capela de São Francisco, Primeira Mesquita de Moçambique e o Primeiro Hospital de Moçambique, para além do processo de identificação dos bairros da urbe em coordenação com o GACIM.

“O que pretendemos é trazer nestas placas as potencialidades de cada bairro e mostrar aos visitantes, o que cada um dos bairros pode oferecer aos turistas”, frisou Mussagy Octaviano.

No leque da promoção das potencialidades e para assinalar a passagem do dia Mundial do Turismo, a Ilha de Moçambique produziu um documentário e uma música retratando a ilha e as suas potencialidades culturais, gastronómicas, arquitectónicas e todas diversidades que acrescentam o valor da Ilha de Moçambique.

Nesta mesma fase do Cluster, a Associação de Guias de Turismo da Ilha de Moçambique foi apoiada com material informático e de secretariado que serviu de um “input” às iniciativas locais para o desenvolvimento da camada juvenil.



Placa em formato de barco à vela colocado na entrada do Município da Ilha de Moçambique

PARABÉNS COLEGAS!

Joana Junior

Maurício Pedro Régulo, 46 anos e Eliseu Duarte Mucopo, 33 anos são os aniversariantes do mês de Outubro na FCSH. A eles, os colegas endereçam os mais sinceros votos de Feliz Aniversário

“O MEU SONHO É VER O PAÍS A CRESCER COM A MINHA CONTRIBUIÇÃO”



Maurício Pedro Regulo

Maurício Pedro Regulo, 46 anos de idade, nasceu aos 12 de Outubro de 1973. Natural do Posto Administrativo de Naburi, distrito de Pebane na Provincial de Zambézia. Ingressou na FCSH em 2017, aquando da sua abertura. Actualmente ocupa a função de Director Adjunto para Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Antes desta instituição, Tio Régulo, como é carinhosamente tratado no seio dos colaboradores da FCSH, terá trabalhado para os Aeroportos de Moçambique, o Programa de Desminagem, O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e para a empresa de construção Nasser.

Ele diz que na FCSH, tem estado a realizar o seu sonho maior que é de continuar a proporcionar a todos, estudantes e colegas, as suas experiências, quer através da leccionação, quer através da partilha das suas vivências. Explica que quando ingressou para a instituição, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, estava sendo implantada, de maneiras que não possuía muito material de que hoje dispõe. “Não tínhamos infraestruturas escolares e outro material indispensável para o processo de ensino e aprendizagem”, frisou avançando que a situação foi ultrapassada graças ao

engajamento de todos e da aplicação de conhecimentos de cada um dos colabores.

“Estar a ensinar pessoas que amanhã vão ser gestores das nossas instituições públicas e privadas, orgulha-me bastante. O meu sonho é ver o país a crescer com a minha contribuição”, manifestou Tio Régulo.

Maurício Regulo é dos colaboradores mais velhos que a FCSH possui e aconselha: “ com a Reforma da Função Pública, o conselho que dou aos meus colegas, principalmente aqueles que, estão afectos directamente aos Recursos Humanos é no sentido de dominarem a legislação para que possam continuar a acompanhar a evolução dos quadros internos, olhando naturalmente com maior perfeição o crescimento das carreiras profissionais, de formas a que todos estejam satisfeitos”. A fonte disse que um bom ambiente de trabalho se constrói trabalhando, por isso, apela ao engajamento de todos nas actividades diárias da FCSH para que ela continue sempre a crescer, fazendo a diferença.

“ME ADAPTEI FACILMENTE NA LECCIONAÇÃO DE AULAS ONLINE”



Eliseu Duarte Mucopo

Eliseu Duarte Mucopo, 32 anos de idade, nasceu na cidade de Nampula, província do mesmo nome a 14 de Outubro de 1988. Professor das disciplinas de Metodologias de Práticas de Animação Turística, Técnica de Condução de Grupos e Animação Cultural e Desenvolvimento Local, ingressou na FCSH em Fevereiro do presente ano. Mucopo faz parte da nova geração da FCSH, diz que o que mais lhe marcou neste período de trabalho, apesar de novo, é o facto de ter tido a

Entre a Memória e a História



Isequiel Alcolete

Docente na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, pesquisador do CEDIM – UniLúrio
Doutorando em Patrimónios de Influência Portuguesa, Universidade de Coimbra-III-CES

Os processos de reconhecimento do valor cultural da Ilha de Moçambique, tanto na cidade de Pedra e Cal, assim como na cidade de Macuti,¹ tem levantado e suscitado debates sobre temáticas relacionadas à memória, história e as suas conexões locais e globais. Deste modo, tentando buscar uma interpretação conceitual, parece coerente que esta reflexão tenha que ser debruçada a partir da(s) sua(s) influência(s), tentando perceber de que forma a memória e a história se articulam entre si, e estas com a vida da comunidade ao longo do processo de conformação e formação urbana e arquitectónica enquanto valor colectivo.

Alguns autores ressalvam a pertinência para o enquadramento do valor da memória colectiva nos processos de patrimonialização e de patrimonialidade ao afirmar que “o reconhecimento no processo de patrimonialização de objectos materiais e imateriais se faz necessário um trabalho de investigação e de colecta, muitas vezes de reconstituição de uma memória colectiva [...]” Fichfeux (2019, p.5), concluindo que, este processo irá permitir a criação de uma representação do passado desde o presente, que é transmitida pela “rememoração”.

A herança do bem material na Ilha, quer na cidade de Pedra e Cal, quer na cidade de Macuti, em parte, é resultado de memórias dialéticas de segregação entre os colonos e os nativos, e que ainda pode despertar, por um lado, uma imagem ou visão quimérica, sentido de culpa e mágoas, por outro lado, pode ser que não haja quaisquer interpretações de ressentimentos, mas sim, descrita como uma narrativa que contextualiza e determina o significado presente na transcrição da linguagem oral para a escrita. Pode-se assim concordar que os lugares de memória nascem do sentimento e que não há memória espontânea, pois, esta, muitas vezes, se torna “[...] resultado de uma organização voluntária, intencional e selectiva.”, como afirma (Gomes e Oliveira, 2010, p.42).

Ao se problematizar o significado que o passado transmite, quando incorporado às necessidades presentes, quase sempre, considera-se o património material, em particular, como um objecto de “preservação” dessa memória, apresentado por suposição como verdadeira, imutável e muitas vezes constituída como história da comunidade que, por vezes, mesmo dispersos em áreas geográficas e políticas, estão unidos por identidade de origem, costumes, religião, entre outros.

A temática em debate, seja na perspectiva individual, colectiva, local ou global em que a interpretação e valorização do passado dos vários intervenientes, ideologias e políticas têm-se tornado elementos fundamentais para a compreensão do presente. Contudo, por um lado, alerta-se para que se tenha particular atenção no processo de atribuição do significado, fazendo, desde logo, uma distinção clara entre “memória como instrumento heurístico” e “memória enquanto equipamento mental de uma sociedade” (Jerónimo, 2016, pp.61-64). Outrossim, há necessidade de distinguir o conceito de memória do conceito de conhecimento, assumindo que a memória seja advinda de elementos vivenciais e o conhecimento de carácter

científico, isto é, a memória e história não são sinónimos, nem são duas faces da mesma moeda apesar do mesmo campo de estudo “memória e História partilham de vários atributos comuns, inclusive de carácter subjectivo e cognitivo, sem, todavia, afectar a distinção entre elas.” (Meneses, 2006, p.36). É nesse sentido que Pierre Nora afirma que, “[...] se falamos tanto de memória, é porque sobrou tão pouco dela.”, apontando assim a necessidade da componente heurística para definição do valor. (apud Rossa e Ribeiro, 2015, pp.81-83).

Para o caso da Ilha, torna-se necessário ler de forma integrada e cruzada os conceitos de memória e de conhecimento marcados pela matriz cronológica do processo de patrimonialização a partir de presenças e influências dos povos como testemunho vivo de um palimpsesto de várias camadas. Dessa forma, devido a essas influências, a narrativa induz-nos, a partida, a integrar e falar de uma transnacionalização² da memória dentro de um contexto de elementos materiais e imateriais no processo de patrimonialização. Pode-se, também, testemunhar e verificar a presença da transnacionalização na composição arquitectónica e funcional dos espaços, em que suas vivências, transformações e adequações dos usos foram e têm sido feitos a partir de suas influências locais ou globais de forma selectiva e, quase inevitavelmente sobre as coisas “boas”.

O fundamento de a memória ser feita por escolhas a partir de critérios e objectivos é sustentado por Stuart Hall ao afirmar que “[...] a memória social é altamente selectiva, destaca e em primeiro plano, impõe princípios, meios e fins no aleatório e contingente, assim como indivíduos e famílias constroem suas identidades em parte, narrar os vários incidentes aleatórios e pontos de viragem” (Hall, 1999).

Pode-se perceber que a memória torna-se

representação de um conjunto dinâmico de actividades humanas que normalmente, a partir de processos participativos, a população descreve e caracteriza os seus valores, propondo possíveis modelos de valorização, salvaguarda e desenvolvimento do bem cultural, a partir da dialéctica entre a lembrança e o esquecimento, entre a memória e a História, recorrendo a estes princípios conceptuais como representação do passado no presente, ou seja, como produto de reflexão presente para o futuro a partir do passado.

¹O tecido urbano e os prédios da cidade registam às fases do seu processo de desenvolvimento de maneira espantosa. Em particular, a nítida divisão entre a arquitectura originariamente portuguesa na “Cidade de Pedra”, ao Norte, que integra distintas características de influência swahili e árabe, e a arquitectura vernácula, na “Cidade Macuti”, ao Sul, é notável. A divisão é ainda mais salientada pelos diferentes níveis dos dois distritos, que resulta do facto que a Cidade de Pedra colonial foi construída com material extraído da Cidade Macuti, nas antigas pedreiras. Obviamente, tais estruturas encerram uma grande parte da história da cidade e alguns aspectos importantes do colonialismo. (Eloundou et al., 2009:6)

Neste contexto, a transnacionalização é interpretada como um processo transterritorial e transnacional uma vez que se trata de uma memória partilhada entre territórios e em contextos nacionais diversos. Pode-se ver com mais profundidade (Ribeiro & Ribeiro, 2016).

Referências Bibliográficas

- Eloundou, L., Weydt, J., & Unesco. (2009). *Rehabilitation of the Saint Sebastian Fortress, Island of Mozambique*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Fichefeux, E. (2019). Seria o património uma criação social? Uma reflexão sobre as noções de patrimonialização e de patrimonialidade. Em Even 3 (Ed.), 11o Mestres e Conselheiros: Educação para o património. Universidade Federal de Belo Horizonte. Recuperado de <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02493217>
- Gomes, A., & Oliveira, A. (2010). A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. *Revista Museologia e Património*, 3. n2.
- Hall, S. (1999). Un-settling the heritage, re-imagining the post-nation Whose heritage? *Third Text*, 13(49), 313. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/09528829908576818>
- Jerónimo, M. B. (2016). Revisitando os lutos inacabados do império-I. Os legados do império: Memórias, penitências, agendas. Em *Geometrias da memória: Configurações pós-coloniais* (pp. 6164). Porto.
- Meneses, U. T. (2006). O campo do património cultural uma revisão de premissas. *Forum Nacional Do Património Cultural*, 1. Recuperado de https://www.academia.edu/39715439/MENESES_Ulpiano_O_campo_do_patrimonio_cultural_uma_revisao_de_premissas_1_
- Ribeiro, A. S., & Ribeiro, M. C. (Eds.). (2016). *Geometrias da memória: Configurações pós-coloniais*. Edições Afrontamento.
- Rossa, W., & Ribeiro, M. C. (Eds.). (2015). *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

PARABÉNS COLEGAS!

oportunidade de ter o contacto directo com os estudantes e de estar a colaborar com uma equipa jovem e motivada.

A fonte diz que o facto de a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e ele em particular, ter se adaptado com facilidade na leccionação de aulas através das plataformas *online* devido a pandemia da Covid 19, conferindo total

qualidade ao Processo de Ensino e Aprendizagem são dos pontos mais marcantes da sua carreira na FCSH.

A entreajuda, a superação de forma fácil das dificuldades do dia-a-dia são os traços que o colega Mucopo elege, como sendo os principais factores de sucesso. Mas apesar disso, diz que é necessário que cada um dos colaboradores continue envidando esforços para que o ambiente seja cada vez melhor.

